

## Assembleia no TRF-3 decide início da greve

Às 13h de quinta-feira, dia 09, em frente ao TRF-3, servidores definirão os rumos da mobilização

Camisetas laranjas, vermelhas, brancas... Não importa a cor, o importante é que todos os servidores se unam na luta contra o congelamento salarial. Com os servidores de Brasília e da Bahia paralisados, há pressa para que a mobilização seja retomada no restante do país.

Em São Paulo, a frente do TRF-3 será o palco de mais um dia de mobilização. Na quinta-feira, dia 09, às 13h, os servidores decidem o dia em que começa a greve por tempo indeterminado. "Precisamos de uma mobilização que ponha fim à política de reajuste zero do governo Dilma", destacou O oficial de justiça e diretor do Sintrajud Erlon Sampaio.

### Plenária Nacional da Fenajufe

Uma forte mobilização é imprescindível para forçar a negociação com o governo e o STF e arrancar, antes do recesso Legislativo, um acordo que garanta a revisão salarial e supere o congelamento imposto pela presidenta Dilma Rousseff. Essa foi a avaliação da maioria dos representantes dos servidores de 25 estados do país e de todos os sindicatos filiados à federação (Fenajufe) que participaram da 16ª Plenária Nacional da categoria, ocorrida entre 3 e 5 de junho no Rio de Janeiro.

A resolução aprovada na plenária convoca os servidores

a construir já a greve em cada estado e em cada local de trabalho. Os delegados também aprovaram o calendário de mobilização, que aponta participação com peso na manifestação nacional do funcionalismo marcada para 16 de junho, em Brasília. (Ver box ao lado)

### Relator vai apresentar parecer

Na plenária, o relator na Comissão de Finanças da Câmara do PL 6613/09, deputado federal Roberto Policarpo (PT/DF), disse que pretende apresentar o seu relatório ainda esta semana.

A plenária que aprovou o início da paralisação também reafirmou a defesa da revisão salarial conforme os textos originais dos projetos, mas não fecha as portas para negociações na medida em que contrapropostas sejam de fato apresentadas pelo governo. Porém, os servidores não abrem mão de que qualquer nova proposta seja submetida à avaliação da categoria por dentro de seus fóruns sindicais – leiam-se comandos de greve, assembleias e reuniões ampliadas da federação.

### Unidade para derrubar o congelamento

Durante os três dias de debates a palavra 'unidade' foi uma constante. Mas não houve consenso quanto a uma proposta que fosse abraçada por todos os delegados. Em menor



No final de 2009, servidores estavam em greve pelo envio do PCS à Câmara

número na plenária, os defensores do subsídio não votaram na resolução que definiu o que seria defendido na greve, mas numa proposta que deixava esse modelo em aberto.

Apesar disso, a plenária foi concluída sob a perspectiva de que a unidade seja consolidada na prática no processo de mobilização. "O resultado que vier vem para todos nós, para quem fizer e quem não fizer a greve. Por isso também precisamos agir juntos, com muito diálogo e tranquilidade e com clareza no debate para que a gente possa construir essa unidade", analisou Leica Silva, diretora do Sintrajud.

### A luta pela PEC 555

A Frente Nacional São Paulo pela PEC 555, integrada por sindicatos e associações de servidores, continua sua luta para a implementação da proposta. "Se ela for implementada irá corrigir uma injustiça cometida aos aposentados", afirma a coordenadora do Núcleo dos Aposentados do Sintrajud Ana Fevereiro.

Ela afirma que a taxaço dos inativos é um grande ataque sobre os servidores aposentados, que veio com a Reforma da Previdência, em 2003. "Temos que reverter essa situação. Estamos planejando uma caravana para Brasília em agosto para exigir que a PEC 555 seja votada." Se a PEC 555 for aprovada, ela acaba com a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados.

### Na JT, servidores lutam contra medida que fere direitos

Os servidores da JT têm assembleia dia 08, quarta-feira. Além da luta contra o congelamento, eles estão enfrentando a resolução que amplia o horário de atendimento do balcão, mas que não garante a estrutura (física e humana) necessária. No dia 02 de junho, o presidente do TRT-2, desembargador Nelson Nazar, deferiu o requerimento do Sintrajud que pedia a revisão da GP 01/2011. No requerimento, o sindicato pontuava que existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contra a resolução do CNJ que fundamentou a medida do TRT-2. *Ler mais na página 3.*

### 16 de junho, todos rumo à Brasília

No dia 16 de junho será um dia de mobilização do conjunto do funcionalismo que está em luta contra o congelamento salarial imposto pela presidenta Dilma Rousseff. Além da luta pelo reajuste salarial, os servidores de todo o país estão se mobilizando contra os projetos de leis que atacam o funcionalismo. "Há quase dois anos que não temos nenhum reajuste e ainda sofremos com diversos ataques que ameaçam nossos direitos. Por isso, chegou a hora de nos mobilizarmos e partimos rumo à Brasília para mudarmos esse cenário", afirmou Claudio Klein, diretor de base do Sintrajud.

Quem quiser participar deve se inscrever até às 19h do dia 13 na secretaria do Sintrajud com Juliana ou Telma, pelo telefone 11 3222-5833.

## Editorial

### A aprovação do Código Florestal aumenta o desmatamento e a violência

*“Parabéns coronéis, vocês venceram outra vez, o Congresso continua a serviço de vocês”.*

Lançada em 1995, a frase acima está na canção Luís Inácio (300 Picaretas), do Paralamas do Sucesso. Com a aprovação do Código Florestal pela Câmara dos Deputados, é impossível não sentir essa frase reverberar na cabeça.

O Código Florestal aprovado na Câmara anistia os desmatadores e extingue o conceito de área de Preservação Permanente (APP), pois autoriza a supressão de vegetação e a manutenção de áreas consolidadas no caso de “atividades agrossilvopastoris”, ou seja, qualquer prática agropecuária. Vale dizer que a emenda que comete tamanho crime foi feita por Aldo Rebelo (PCdoB-SP) deputado governista. O tema agora vai para o Senado.

Após a aprovação do Código, começou uma onda de assassinatos de trabalhadores rurais. No Pará, em apenas três dias, foi registrada a execução de quatro pessoas, dessas, três já haviam sido juradas de morte.

Assentados de um Projeto Agroextrativista no sul do Pará, o casal de castanheiros José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foi executado com tiros na cabeça, em 24 de maio. José Cláudio teve um pedaço da orelha decepado. O casal era ameaçado de morte desde 2008.

Dois dias depois, Herenilton Pereira dos Santos (25 anos) desapareceu. Seu corpo foi encontrado a 7 km de onde o casal fora assassinado. Já no dia 27, o agricultor Adelino Ramos, presidente do Movimento Camponeses Corumbiara de Rondônia e da Associação dos Camponeses do Amazonas, foi assassinado. Conhecido como “Dinho” era um dos sobreviventes do Massacre de Corumbiara, de agosto de 1995, que deixou 13 camponeses mortos. Ele levou seis tiros e também já vinha sofrendo ameaças.

O governo convocou reuniões de emergência, com direito a fortes declarações da Presidente Dilma e do Secretário-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Agora, a Guarda Nacional, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal vão fazer a “segurança” dos ameaçados.

Ocorre que, naquela região, as listas de marcados para morrer são denunciadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1995. “(Essa lista) é de conhecimento público. É obrigação do Poder Público ter conhecimento e adotar políticas públicas (para coibir as ações criminosas)”, exigiu o advogado da CPT, José Batista Afonso.

A origem da violência no campo está em fatores que o governo Dilma não quer tocar: a concentração de terras, a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, de remanescentes de quilombos, de comunidades ribeirinhas e a definição de áreas de proteção ambiental. “Infelizmente essas questões não foram priorizadas e não têm sido priorizadas. Na medida que as causas não são enfrentadas, a violência vai continuar”, afirma o advogado.

Fortalecido com a aprovação do Código Florestal, o agronegócio está marcando o seu terreno indo para o ataque. Não é coincidência que os assassinatos tenham ocorrido na esteira dessa votação na Câmara.

Até quando a canção de Herbert Vianna fará tanto sentido?

## Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião.  
Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

### Subsidiando a discussão

\* **Ana Flávia Armani**

A assembleia do Sintrajud de 14 de maio também refletiu a já evidente divisão da categoria entre os que apoiam o PCS e os que clamam pelo Subsídio.

Até uma proposta pela construção da unidade (pasmem, derrotada, antes da eleição dos delegados à plenária da Fenajufe) escancarou tal divisão.

Culpa de quem? Será que não poderia a direção da entidade fazer como fez o Sitraemg, por exemplo, que realizou uma ampla pesquisa junto à categoria? Aliás, tal pesquisa apontou para mais de 80% dos votantes a favor do Subsídio (talvez a divisão de que falei não seja, então,

quantitativa, mas se equilibre porque a minoria dirige os aparelhos sindicais).

Todos são unânimes em aceitar que a categoria precisa estar unida para ser forte. O que as direções do Sintrajud e da Fenajufe não perceberam é que a união só virá quando o interesse da maioria for contemplado. Não adianta argumentar em contrário. O PCS não une mais a categoria, porque esta percebeu que aquele só faz aprofundar as diferenças entre os Servidores – os de mesmo cargo inclusive, já que o reajuste nesse caso incide no vencimento básico. Por conseguinte, quem tem VPNIs acaba recebendo,

obviamente, um percentual maior de aumento na remuneração final em relação a quem não as tem. Em alguns casos, muito maior.

A proposta do Subsídio visa a corrigir tais distorções, e não mantê-las ou até aumentá-las.

Estaremos unidos quando nossas direções sindicais, que têm os meios e a obrigação (estatutária, até) de instrumentalizar as ações classistas, for isso mesmo, um instrumento da vontade da maioria, e não o seu pretenso arauto.

**Ana Flávia Armani**

É servidora do TRE/SP no 407º Cartório Eleitoral

### Por uma sub-sede do ABC/Alto Tietê em Ribeirão Pires

\* **Ivo Oliveira Farias**

Ribeirão Pires é da região política e geográfica do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires), mas pertence ao Circuito Turístico do Alto Tietê (Ribeirão Pires, Suzano, Mogi das Cruzes, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquetuba etc...).

Fica numa posição central e equidistante de ambas as regiões, e a uma hora do Sintrajud em São Paulo (50 minutos de trem de Ribeirão Pires à Estação da Luz mais 10 minutos a pé), e uma hora de carro ou ônibus do Centro de Santos, onde ficam a Justiça do Trabalho e a Federal. É distante 45 minutos de carro ou ônibus da Justiça Trabalhista de Cubatão, e uma hora e dez

minutos da JT de Praia Grande (via Pedro Taques), da JT de São Vicente (via Santos) e/ou da JT de Guarujá (via Piaçaguera - Cubatão-Guarujá).

Estando a uma hora e meia da Sub Sede de Santos, outra Sub Sede em Ribeirão Pires viabilizaria uma interação de atuação de parte da Grande SP (ABC/Alto Tietê) com a Baixada Santista.

A Justiça do Trabalho de Ribeirão Pires fica no Centro, a cinco minutos da Rodoviária e da Estação de Trem. Em frente à JT, na mesma rua, no número 30, tem dois andares com salas comerciais. Alugaria uma ali, com computador e impressora, mais fax e telefone, contratava-se um funcionário que estagiaria antes, por pelo menos uma

semana, na sede em SP e depois na Sub Sede em Santos, onde assimilaria o trato com o cotidiano sindical.

Na rotina do dia a dia, a atuação política e administrativa seria da militância que trabalha e/ou mora em Ribeirão Pires. Têm companheiros valorosos que comigo visitam o ABC/Alto Tietê. Adão mora lá, em Suzano, e trabalha em Ribeirão Pires. Marcão, que é da Justiça Federal de Santo André e mora em Ribeirão Pires. O Diretor de Base Hugo, e Tatiane, que moram em Santo André. Maria Francisca e Ivo moram em Ribeirão Pires. E Irene, em Rio Grande da Serra.

**Ivo Oliveira Farias**

Liderança do ABC/Alto Tietê

# "A mera ampliação no horário de atendimento pode resultar em prejuízos", diz presidente da Amatra

Sônia Maria Lacerda, presidente da Amatra, afirma que há a necessidade de aumento no atendimento, mas aponta que são necessários mais servidores

O Judiciário precisa ter horários ampliados. Disso ninguém discorda. Mas não pode acontecer pela imposição de uma resolução, sem que a devida estrutura seja garantida, como está acontecendo no TRT-2. E não são apenas os servidores que pensam dessa forma, a presidente da Amatra (Associação dos Magistrados Trabalhistas), Sônia Maria Lacerda, reforça o coro que há necessidade de que haja uma estrutura humana compatível, e que a mera ampliação do horário de atendimento pode resultar em prejuízos para o andamento do serviço e na prestação jurisdicional.

Nessa entrevista ela fala sobre o assunto e aponta algumas soluções como não só a necessidade de ampliação no quadro como também no investimento do Estado na qualificação dos servidores.

**JJ: Caso se efetive, como a GP 01/2011 afetará o cotidiano das secretarias?**

**Sônia Maria Lacerda:** Os magistrados são favoráveis a um serviço público que atenda o cidadão satisfatoriamente. Acreditamos que servidores da Justiça do Trabalho, também. O aumento do horário de atendimento do Poder Judiciário é um anseio legítimo

da sociedade. Porém, para que esse atendimento seja efetivo, é necessário que haja estrutura humana compatível. A mera ampliação de jornada, sem o respaldo em horários compatíveis e em número suficiente de servidores nas Varas do Trabalho, especialmente nos balcões, poderá resultar em prejuízos para o andamento do serviço e, conseqüentemente, para o próprio jurisdicionado.

**JJ: Sem a contratação de mais servidores, a Justiça Trabalhista da segunda região tem condições de cumprir essa resolução?**

**Sônia Maria Lacerda:** Acreditamos que a estrutura de pessoal que o TRT da 2ª Região possui é incompatível com as necessidades do jurisdicionado. Além da ampliação do quadro, para atendimento satisfatório, é necessário forte investimento do Estado na qualificação desses servidores. Portanto, somos pelo binômio adequação e capacitação do quadro de servidores. E, para tanto, temos um modelo comparativo proposto pela Resolução nº 63, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que indica que as Varas do Trabalho de São Paulo, pelo seu movimento, deveriam contar com um mínimo de 18 servidores,



Diretora do Sintrajud Leica Silva e o Advogado César Lignelli se reúnem com a presidente da Amatra, Sônia Maria Lacerda

número não alcançado pelas Varas de São Paulo, as quais na sua totalidade contam no máximo com 12 servidores.

**JJ: Quais são as medidas que a Amatra pretende utilizar para que a resolução possa ser revista, ou mesmo anulada?**

**Sônia Maria Lacerda:** Estamos examinando todas as possibilidades, em todas as instâncias, mas a Amatra-SP entende que há um espaço de decisão da Administração dos TRT's que determinam uma ação de negociação, de entendimento,

de conciliação entre as determinações administrativas e as possibilidades materiais que a estrutura oferece. Isso porque o estabelecimento de horários de atendimento é prerrogativa da Administração. Nesse âmbito da negociação, o peso e articulação das entidades que representam segmentos importantes dos setores que se servem do Poder Judiciário é fundamental. Nosso contato com o Sindicato dos Servidores, representando os servidores de Vara, especialmente diretores e servidores respon-

sáveis pelo atendimento de balcão, demonstra bem isso. Mas não é só. Temos mantido contato com as entidades da magistratura nacional (AMB e Anamatra) e com as entidades representativas dos advogados, especialmente os trabalhistas.

Sem dúvida, os advogados são destinatários importantes da ampliação do horário de atendimento, mas temos certeza que não lhes interessa melhorar no atendimento do balcão ao mesmo tempo que piora outros serviços da Vara.

## Resolução do TRF-3 que amplia jornada de trabalho ataca direitos dos servidores

Sintrajud orienta o não cumprimento da medida até que se esgotem todas as ações cabíveis

E foi com uma canetada que o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador Roberto Haddad, aumentou a jornada de trabalho de telefonistas, digitadores, médicos e demais servidores que cumprem 30 horas semanais da Justiça Federal (1ª e 2ª instâncias). A revolta com as resoluções 418 e 426 - que fixa a jornada de trabalho em oito horas diárias e 40 semanais - é geral. "Essa medida é absurda e arbitraria. Essas medidas vêm justamente num momento que estamos lutando por um reajuste salarial. Elas aumentam a carga horária sem citar nenhum aumento no salário. Isso é retirar os direitos dos trabalhado-

res", afirma o diretor do Sintrajud, Cléber Borges Aguiar.

"Para os servidores, a resolução caiu como uma bomba". Foi o que disse um técnico judiciário do Pedro Lessa, que não quis se identificar: "Temos uma vida social fora do ambiente de trabalho, temos outros compromissos que não podem ser ignorados, e o presidente não pensou em nada disso. Eu fazia 30 horas semanais, ou seja, 6h diárias, e agora de um dia para outro terei que cumprir uma jornada com duas horas a mais sem ser questionado se é possível ou não e sem nada em troca. Nem um real a mais. Isso é um absurdo", lamentou.

Além da questão financeira, a diretora do Sintrajud e digi-

tadora Angélica Olivieri afirma que a medida representa um retrocesso nos direitos da categoria e um ataque à saúde dos servidores que fazem um tipo de trabalho que chega a ser nocivo. "Pela repetição dos movimentos, nós digitadores corremos o risco de contrair doenças como LER e Dort. Por isso temos a jornada reduzida". Ela explica que situação semelhante é a das telefonistas.

O Sintrajud tem recebido diversas manifestações de descontentamento sobre a resolução e já entrou com um pedido de reconsideração para que o presidente do tribunal revogue as Resoluções, caso isso não aconteça, o sindicato vai adotar as medidas cabíveis. "O sindicato orienta que os servidores

não cumpram a jornada de oito horas determinada pelas resoluções", ressaltou Angélica.

**A Reforma do Poder Judiciário**

Na mesma semana em que a presidência do TRF-3 determinou o aumento da jornada de trabalho de alguns setores da Justiça Federal, o presidente do TRT-2 baixou uma resolução estendendo o horário de atendimento da Justiça Trabalhista do atual período (entre 11h e 18h) para o período de 9h e 18h. Mas a resolução não garante os meios necessários para que ela se efetive sem ferir os direitos dos servidores.

Essas duas resoluções, feitas por presidentes de importantes tribunais do país, demonstram

que as garantias da categoria estão sob risco constante. "Ambas vêm no sentido de retirar algum direito, o seguindo a lógica do Estado mínimo e da Reforma do Estado e do Poder Judiciário", lembra Angélica.

**Luta contra o congelamento salarial**

"Essa medida não pode baixar o nosso ânimo para lutar por nossos direitos. Quando nos mobilizamos contra o congelamento salarial, também estamos lutando para garantir aquilo que já temos. Por isso, é muito importante que todos os servidores participem das mobilizações e assembleias organizadas pelo Sintrajud", concluiu Cléber.

# População civil apóia bombeiros e engrossa pedido de negociação e libertação dos presos

Após a mobilização crescer, governo já admite negociar com manifestantes

“Somos Todos Bombeiros”. Com esse adesivo colado ao peito, trabalhadores civis das mais diversas categorias se juntaram aos bombeiros que ocupam as escadarias e a ‘praça’ em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e pedem a libertação e a anistia imediata para os 439 militares presos após a ocupação do quartel central da corporação. Os manifestantes, que estão no local há três dias consecutivos, dizem que só vão deixar o local quando suas reivindicações forem atendidas.

Há profissionais de saúde, professores, comerciários, trabalhadores da Justiça, pescadores, estudantes e donas de casa, dentre outros segmentos da população civil. Boa parte de quem está ali

é ativista político, militante sindical ou social, mas há também pessoas que não integram setores organizados prestando solidariedade. Muitos familiares dos bombeiros presos engrossam a manifestação, que não tem hora e nem dia para acabar.

O que tem atraído a população é a luta por uma causa justa, é o que diz Cyro Garcia, membro da CSP - Conlutas. “Os bombeiros cariocas têm o pior salário da categoria no país e são respeitados pela população. Outra coisa que atraiu a população foi a postura agressiva do governo, que tem praticado uma política de criminalização dos movimentos sociais”, disse.

A CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) distribuiu adesivos e panfletos em apoio à ca-

tegoria e condenando a repressão promovida pelo governador Sérgio Cabral (PMDB), cuja gestão é conduzida com apoio da maioria dos partidos, dentre eles o PT, o PDT e o PCdoB. Também há faixas da Intersindical, do PSOL e do PSTU declarando apoio ao movimento. Todos estes setores, no entanto, fazem questão de ressaltar que estão ali em solidariedade e que não integram a direção do movimento, que está nas mãos dos próprios bombeiros. “Tá no momento de todo funcionalismo vir para rua e acompanhar o movimento dos bombeiros”, diz a servidora da saúde Shirley Coelho, dirigente do Sindsprev-RJ, enquanto descasca batatas na cozinha improvisada no local e que prepara o ‘sopão’ de legumes que



Centenas de bombeiros e populares pedem a libertação dos 439 presos, e abertura de negociação junto ao governo

está alimentando ‘a tropa’. “A luta é única, é dignidade. Não tem como não ser solidário”, reforça Ivone Suppo, outra servidora da saúde e momentaneamente ‘colega’ de Shirley na equipe da cozinha, que também reúne homens.

Diante do crescimento da mobilização, os parlamentares estão preocupados que o protesto carioca ganhe dimensões nacionais. E até o gover-

no voltou atrás e já admite negociar. Embora, em nota oficial, o estado tenha desautorizado o secretário estadual da Casa Civil, Régis Fichtner, por ter dito que o canal de negociação estava fechado “por causa da invasão” no Quartel-Central, na sexta-feira, dia 3.

A defasagem dos salários dos bombeiros do Rio de Janeiro é gritante. Os profissionais do Distri-

to Federal ganham quase cinco vezes mais que os do Rio - o salário inicial é de R\$ 4,6 mil e pode chegar a R\$ 4,8 mil. E nos estados de São Paulo e Minas Gerais, o valor pago a quem ingressa na carreira — R\$ 2,17 mil e R\$ 2,01 mil, respectivamente — é o dobro do que recebe o bombeiro fluminense. A categoria reivindica um aumento de R\$ 950 para R\$ 2 mil.

## Impacto do PCS será menor do que a inflação de 2011, mostra estudo

Publicado em 25 de maio, levantamento mostra que proporcionalmente à alta de preços, governo gastará menos com a remuneração dos servidores

Um dos argumentos colocados pelo governo, ainda durante a greve do ano passado, para a não aprovação do PCS é que o plano concederia aos servidores do Judiciário reajustes acima da inflação. Mas quando se compara a inflação acumulada desde 2006 (ano da aprovação do PCS-3) com o impacto do PL 6613/09 na folha de pagamento do Poder Judiciário percebe-se que a alta dos preços acumulada é superior ao real impacto do PCS. Esta é a conclusão do economista Washington Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud, em seu mais

recente estudo.

Para chegar a essa conclusão, Washington comparou o custo anual do PCS, R\$ 6,3 bilhões, conforme divulgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com o orçamento autorizado para pagamento de pessoal do Judiciário Federal, R\$ 21,1 bilhões. Assim, o custo do PCS em 2011, sem nenhum parcelamento, equivaleria, a 29,77% da folha de pagamento deste ano.

Por outro lado, a inflação acumulada desde a aprovação do PCS-3 (em 2006) está em 30,02%, medida pelo Índice do Custo de Vida (ICV) do Dieese. O estudo demonstra, portanto, que o

impacto do PCS em 2011, aprovado integralmente e sem parcelamentos, seria inferior à inflação. “O argumento do governo de que não vai dar reajustes acima da inflação é furado, pois o PCS acresce à folha de pagamento do judiciário um percentual inferior à inflação acumulada desde 2006”, explica o economista.

O estudo também considerou a hipótese de a implementação do PCS ser feita em quatro parcelas, sendo duas em 2011 e outras duas em 2012, sempre nos meses de janeiro e julho. Neste caso, o impacto de sua implementação seria muito menor: 2,3 bilhões,

ou apenas 11,07% da folha atual, portanto, ainda menor do que a inflação acumulada.

Considerando a implementação do PCS a partir de junho deste ano, como ocorreu no PCS-3, o impacto orçamentário em 2011 seria de R\$ 1,2 bilhão. “Neste caso, o impacto sobre a folha atual seria de 5,53%, havendo uma redução ainda maior, e também inferior à previsão de inflação oficial para 2011, que deverá ficar em torno de 6,5%”, argumenta Washington.

Estimando a inflação em 0,5% ao mês de junho de 2011 até dezembro de 2012, Washington conclui que a alta dos

preços acumulada desde 2006 será de 42,94%: “Em caso de um parcelamento que acabasse em dezembro de 2012, a inflação do período será bem maior do que o impacto do PCS na folha do Judiciário Federal”.

Para o economista, esses dados mostram que mesmo sendo aprovado o PL 6613/09, o gasto com as remunerações do Judiciário terá uma boa redução em relação à inflação. “Mesmo com a aprovação do novo PCS, proporcionalmente às atuais despesas, o governo teria um gasto com o Judiciário inferior à inflação acumulada”, concluiu.

### Compare o impacto do PCS na inflação

- A inflação acumulada desde a aprovação do PCS-3 (2006) está em 30,02%.

- O custo do PCS em 2011, sem parcelamento, equivaleria a 29,7% da folha de pagamento.

- Se a implementação do PCS for feita em 4 vezes, sendo duas em 2011 e outras duas em 2012, o impacto seria apenas de 11,07%.

- Estimando a inflação em 0,5% ao mês de junho de 2011 até dezembro de 2012, estima-se que a alta dos preços acumulada desde 2006 será de 42,94%.

**Jornal do Judiciário**

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevêreiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / Subsede Baixada Santista: R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / Subsede Barra Funda: R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 - Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Vivian Costa - Colaboradores: Hélcio Duarte Filho - Tiragem: 13.000